

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”
DIRETORIA ADJUNTA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUÇÃO E RENDA
GRUPO TÉCNICO DE AGRONEGÓCIOS

AGROINDÚSTRIA ARTESANAL CAMPONESA

Autores:

Isabel Péres dos Santos – Grupo Sócio-Economia

Ovanyr Vinício Renesto – Grupo de Agronegócios / Agroindústria

Terezinha de Jesus Escanavacca – Grupo de Agronegócios / Comercialização

SÃO PAULO, MARÇO - 2002

Avenida Brigadeiro Luís Antônio, n.º 554, Bela Vista, CEP: 01318-000 - São Paulo – SP

Fone: 11-3242-0933, Ramais: 1200/1209/1213

Email: gt-agronegocio@institutodeterras.sp.gov.br

ger-producao@institutodeterras.sp.gov.br

APRESENTAÇÃO

AGROINDÚSTRIA ARTESANAL CAMPONESA

RESUMO

ABSTRACT

I – Introdução

II – Histórico da Camponesa

III – Organização da Empresa

IV – Comercialização

1. Produção
2. Qualidade do Produto
3. Mercado

V – Recomendações

VI – Anexos

RESUMO

A atividade da agroindústria artesanal rural denominada “Indústria e Comércio de Doces Camponesa Ltda.-ME” ocorreu através da organização do grupo de mulheres do Projeto de Assentamento São José 1, localizado no município de Birigui, Estado de São Paulo, as quais entenderam que para geração de renda adicional, agregando valor ao leite “in natura”, produto da atividade rural, umas das formas seria a produção do doce de leite.

A partir de 1996 com a disponibilidade de crédito, para investimento em animais bovinos da raça leiteira, além da conjuntura favorável para a produção de leite, levando inclusive a estabelecimento de programas de fomento à atividade, desenvolvidos tanto pela Fundação Itesp, quanto pela própria Secretaria de Estado da Agricultura, a produção de leite no assentamento ganhou nova dimensão na atividade rural, inclusive possibilitando o fornecimento à agroindústria artesanal Camponesa.

Os custos e os tempos despendidos para legalização da atividade da agroindústria foram extremamente altos e demorados e, se não fosse a determinação do grupo de mulheres e a persistência dos técnicos do escritório regional, da Fundação Itesp, localizado no município de Andradina, Estado de São Paulo, a agroindústria poderia ter tomado outros caminhos.

As dificuldades iniciais para introdução do doce de leite no mercado foram marcantes e, este entrave, acabou desmotivando a maioria das sócias proprietárias a continuar na atividade da agroindústria, que inicialmente contava com 12 (doze) mulheres reduzindo-se hoje a um grupo de 05 (cinco) mulheres.

O elevado padrão da qualidade do doce de leite foi identificado e comprovado através de testes e análises efetuados por organismos de renome e oficiais no Estado de São Paulo, como por exemplo, a Vigilância Sanitária da Secretária Municipal de Abastecimento - SEMAB do município de São Paulo.

O mercado consumidor, a partir da constatação do elevado padrão de qualidade do doce de leite da Camponesa, tem se mostrado bastante promissor, e não só na região onde está localizada a agroindústria, como também na Grande São Paulo. Esta constatação na performance do mercado atesta e confirma a viabilidade da agroindústria artesanal familiar ser bem sucedida, integrada à atividade produtiva rural, agregando valor ao sistema produtivo.

I – INTRODUÇÃO

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, vinculada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, é o órgão de governo responsável pelo planejamento e a execução das políticas agrária e fundiária no Estado de São Paulo. Nesta matriz de responsabilidade está contida também políticas de desenvolvimento para as comunidades atendidas diretamente pela Assistência Técnica e Extensão Rural do Itesp, as 9.500 famílias beneficiárias do Programa de Reforma Agrária e Remanescentes de Comunidades de Quilombos. Esta responsabilidade indica a necessidade de metodologia específica na execução dos planos de desenvolvimento, executados em parceria com as comunidades e com o corpo técnico da Instituição e que assegurem principalmente:

1 – a participação das famílias nos processos decisórios sobre as atividades a serem desenvolvidas, partindo de um planejamento participativo;

2 – a organização das famílias, incentivando atividades coletivas que contribuam para o seu fortalecimento e empoderamento nos processos que demandam recursos e decisões para o seu desenvolvimento.

3 – sustentabilidade, avaliando e discutindo o incremento de atividades que garantam a integração dos sistemas produtivos, a preservação dos recursos naturais, a produção orgânica e a autonomia das famílias, contribuindo para o incremento na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida.

Dada esta missão, uma importante frente de trabalho tem sido o incentivo à organização das mulheres nas comunidades atendidas pela Fundação Itesp, que tem facilitado e proporcionado espaços para a discussão das questões básicas da qualidade de vida das famílias, tais como habitação, saúde, educação e a inserção destas mulheres nos processos produtivos, dentre os quais atividades que viabilizassem o processamento do produto primário, sua transformação, garantindo uma agregação de valor e maior geração de renda. Concretizando estes objetivos a instituição vem incrementado uma série de programas de apoio ao desenvolvimento e de capacitação para operacionalização destas iniciativas.

A agroindústria produtora de doces tem sido a iniciativa que mais vem se difundindo nesta área. Estas unidades contam também com o apoio desta Fundação para a instalação de estruturas mínimas de transformação, tanto no que se refere à construção civil propriamente dita, até no que se vincula aos equipamentos necessários para o processamento.

As experiências formais e informais existentes nas comunidades tem contribuído para o fortalecimento destas organizações e na geração de renda. Neste trabalho destacamos a da Agroindústria Artesanal “Camponesa”, pioneira na iniciativa de constituição e com os devidos registros nos órgãos de Inspeção Sanitária e de Tributação, que

habilitaram, com muita luta e persistência do grupo “Camponesa”, industrializar e comercializar o seu produto, o doce de leite, em todo o Estado de São Paulo.

II – HISTÓRICO DA CAMPONESA

A “Indústria e Comércio de Doces Camponesa Ltda.-ME”, está localizada na área do Projeto de Assentamento São José 1, no Bairro Casa de Tábua, no município de Birigui, Estado de São Paulo, próximo à SP.-261 (Rodovia Gabriel Melhado), km 15, que liga os municípios de Birigui e Brejo Alegre.

A imissão na posse do Projeto de Assentamento São José 1 ocorreu em 1986, em uma área de 1.200 ha, onde estão computadas as áreas da reserva florestal, lotes agrícolas, agrovila, estradas vicinais e áreas de preservação permanente, ou seja, curso de água e nascentes.

As famílias residentes no Projeto de Assentamento, em número de 48 (quarenta e oito), ficaram acampadas à beira da rodovia cerca de 2 anos e, obtiveram, após a imissão na posse, cerca de 19 ha de terras por família.

A organização dessas famílias em grupo, desde a época em que estavam acampadas na rodovia, se tornaram bastante sólidas e, enquanto os homens se ocupavam com as questões agrárias, as mulheres buscavam alternativas para agregar valor aos produtos da atividade agropecuária.

Inicialmente, a agricultura familiar estava voltada, em sua maioria, para a produção de grãos e, a partir de 1996, quando o PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, liberou recursos financeiros para compra de animais bovinos da raça leiteira, a produção de leite em São José 1 passou a ser comercializada nos laticínios da região.

A partir da disponibilidade do leite no assentamento, a mobilização do grupo de mulheres aumentou e assim, organizadas em um grupo, composto de 30 mulheres, e vendo a possibilidade de gerar renda adicional e proveniente de seus trabalhos, chegaram à conclusão que seria viável o processamento do leite, transformando-o em doce de leite pastoso.

Em outubro de 1997 foi constituída a “Indústria e Comércio de Doces Camponesa Ltda.-ME”, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, cuja composição acionária foi constituída inicialmente por um grupo de 12 mulheres, que do grupo inicial aceitaram o desafio de assumir compromissos financeiros, decorrentes das aquisições necessárias para o desenvolvimento da atividade, e enfrentar a dura batalha de se imporem no mercado. Na operacionalização da unidade processadora, os talentos

individuais foram sendo despertados e valorizados, sendo que cada uma das sócias passava a assumir uma função específica seja no processo de produção, na comercialização, ou ainda, no gerenciamento e administração do negócio.

A inauguração da Camponesa ocorreu em Dezembro de 1997 e figurou como um grande evento, sendo que na oportunidade estiveram presentes representantes dos poderes públicos constituídos nos municípios de Birigui e região; produtores rurais dos Projetos de Assentamentos de Araraquara, Andradina, Promissão entre outros; comerciantes da região e representantes da Fundação Itesp. Apesar da grande festa de inauguração, a partir de então, foram enormes as dificuldades para a comercialização, o que fez com que as sócias proprietárias da agroindústria buscassem inovadoras alternativas para vender o doce e assim, passaram a negociar o produto de porta em porta no município de Birigui e cidades circunvizinhas.

Com o passar do tempo, a Camponesa passou a conquistar alguns mercados na região porém em volumes de vendas aquém das expectativas e de sua capacidade de produção, e esta performance na comercialização desmotivou a continuidade da maioria das sócias proprietárias da agroindústria, reduzindo o quadro societário a 05 sócias.

Desde o início da empresa e em vista de demanda previamente identificada, as sócias da agroindústria passaram por um período de treinamento e capacitação, com o intuito de melhorar a qualidade do doce, a autonomia administrativa e operacional.

Como resultado, as diversas análises e testes com o produto, efetuados por diversos órgãos oficiais e afins, ratificaram e comprovaram o elevado padrão de qualidade do processamento do doce de leite, e por extensão, o mercado consumidor tem se mostrado bastante promissor, não somente no município de Birigui e cidades circunvizinhas como também na região da Grande São Paulo.

III - ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A constituição da agroindústria de doces ocorreu por opção do grupo de mulheres, sob a égide de legalização plena, a exemplo do que ocorre com as demais indústrias de gêneros alimentícios, independentemente do porte e capacidade instalada de produção.

Neste processo, um dos pontos fundamentais foi o de se obter um nome fantasia que identificasse a agroindústria; quando foi escolhido pelo grupo de mulheres a “CAMPONESA”, fazendo-se uma alusão a serem mulheres do campo.

A abertura da empresa, junto ao escritório de contabilidade; inscrição junto a prefeitura local para se obter o alvará de funcionamento; atendimento das normas e diretrizes

da vigilância sanitária, quanto as instalações e edificações das áreas para processamento do doce; atendimento das normas e resoluções do posto fiscal para poder comercializar o produto no Estado de São Paulo; registro da empresa junto à Associação Comercial do município; identificação da empresa junto ao CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária para processar o leite; registro da agroindústria junto à “Associação Brasileira de Automação”, para obter o código de barras; liberação do Centro de Inspeção de Produtos de origem Animal - CIPOA, concedendo o número de registro no SISP - Serviço de Inspeção do Estado de São Paulo, garantindo a comercialização do doce de leite no Estado de São Paulo, tornaram-se entraves e dificuldades difíceis de serem vencidos por uma Agroindústria Artesanal Rural Familiar em sua legalização.

Como se não bastasse superar todos essas imposições para legalização da agroindústria, alguns custos da ordem de 15%, sobre o faturamento bruto, passaram também a recair sobre a empresa, sem acrescentar nada ao processo produtivo, conforme veremos adiante no capítulo sobre produção.

Para a fabricação do doce, foi adquirida, em 1.997, uma máquina de processamento, no valor de R\$3.800,00. No início de 1.999, foram adquiridos novos equipamentos necessários para complementar a agroindústria, tais como: armários para depósitos dos produtos acabados; balança eletrônica; mesa de aço inoxidável; máquina seladora, entre outros.

O investimento inicial total em equipamentos e formação de capital de giro inicial, foi orçado em R\$12.400,00, e viabilizado com recursos do FINSOCIAL, fundo gerenciado pelo Itesp e operacionalizado através do Banco Nossa Caixa S/A, por meio do instrumento de crédito da carteira de operações rurais e industrias. Esta linha prevê que do total geral do crédito obtido haja um rebate de 40%, reduzindo-se, a dívida da Camponesa, para R\$7.440,00, com taxa de juros efetiva de 3% ao ano, pagáveis em 8 parcelas semestrais, após 02 anos de carência.

A construção física do imóvel, foi possível através de reformas em uma área já edificada no Projeto de Assentamento São José 1, onde a Fundação Itesp, forneceu o material e mão-de-obra para a conclusão das obras, investimento este no valor de R\$6.500,00. Em anexo, encontra-se, a título de ilustração, planta da agroindústria artesanal Camponesa.

IV - COMERCIALIZAÇÃO

1 - Produção

Inicialmente a produção da Camponesa estava voltada somente para o doce de leite puro e, após os devidos testes de aceitação do produto no mercado regional e no município de São Paulo, foram introduzidos os doces de leite com ameixa e com coco. Simultaneamente decidiram fabricar outros tipos de doces como o de abóbora puro e com coco, e o de mamão. Houve boa aceitação desses produtos no mercado regional do município de Birigui, porém, as sócias proprietárias da Camponesa decidiram permanecer com o doce de leite puro, com ameixa e com coco, deixando a diversificação da indústria para depois da consolidação dos mercados, com os quais vem operando.

A diversificação da produção permite estabelecer uma alternativa produtiva, utilizando os mesmos equipamentos e infra-estrutura disponíveis, sobretudo nos momentos em que sofrem com a queda do abastecimento do leite, na entre-safra deste produto.

O resultado diário da produção tem sido de aproximadamente 90 potes de 480 gramas (43,2 kg de doce em pasta), que são acondicionados em caixas de papelão contendo 18 unidades. A produção mensal do doce pode atingir 2.700 unidades de 480 gramas ou 150 caixas em embalagens de atacado.

Os custos de produção, excetuando-se os fixos, objeto de análise em separado, giram em torno de R\$1,00 a unidade de 480 gramas, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 1- Principais itens componentes do custo variável mensal de produção do doce de leite:

Itens	Quantidade e unidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	%
Leite	3.000 litros	0,25	750,00	27,00
Açúcar cristal	420 quilos	0,62	260,40	9,40
Gás	390 quilos	1,76	686,40	24,80
Embalagens e rótulos	2.700 unidades	0,34	918,00	33,10
Caixas de papelão	150 unidades	0,62	93,00	3,40
Outros (**)	-	-	65,00	2,30
Total do Custo			R\$ 2.772,80	100,00

(**)Alizarol, Bicarbonato, Sorbato

A composição dos custos, em 36,5%, diz respeito a embalagens e acondicionamento do produto, que pode ser considerado elevado para esta pequena estrutura de produção.

A dependência da aquisição destes itens num mercado em que existem poucos fornecedores, podem tornar a estrutura produtiva bastante vulnerável.

A alternativa possível seria a aquisição destas embalagens em unidades fabris, que praticam preços até 50% menores que os atuais fornecedores, porém exigem compras em grande volume e pagamento à vista, o que tem impedido a negociação junto a estes fornecedores. Pelo fato da Camponesa ter uma estrutura de produção pequena e artesanal, não conseguiu, ao longo dos tempos, acumular capital de giro, impossibilitando assim novas negociações com outros fornecedores.

Outra alternativa seria a mudança do tipo de embalagem, o que levaria a adequação e talvez aquisição de novos equipamentos, isto, no atual momento da empresa, face à sua pequena escala de produção, torna-se inviável devido à necessidade de gastos adicionais.

As expectativas são, de que, com a consolidação do mercado do doce de leite da Camponesa, nos níveis de vendas de sua capacidade de produção, os custos das embalagens se situarão em patamares, bem inferiores, comparando-os aos atuais. Esta possibilidade na redução dos preços das aquisições das embalagens é real, uma vez que o mercado comprador do doce, tem se situado nas expectativas de vendas.

O segundo item de expressão na composição dos custos do processamento do doce é o leite que, como matéria prima principal, participa com 27%. Como alternativa de redução nos preços do leite e consequentemente nos custos, independente dos seus períodos sazonais, o ideal seria a autonomia na produção do leite, pelas sócias proprietárias da Camponesa. A possibilidade de se viabilizar a produção do leite em curto espaço de tempo, é possível, desde que a estrutura organizacional e operacional da Camponesa sofra pequenas alterações. No momento atual, a preocupação central da Agroindústria Artesanal, é tão somente buscar a consolidação do mercado para seus produtos.

Quanto aos demais itens, conforme dados do referido quadro, apenas o açúcar cristal é que poderia ter seus preços sensivelmente rebaixados, mediante a aquisição em grandes quantidades e direto das usinas fornecedoras do produto. Acredita-se que os esforços despendidos e capital necessário para a aquisição do produto junto aos fornecedores, nos dias de hoje, muito pouco mudaria a performance dos custos. A expectativa é que se possa realizar a aquisição do açúcar cristal, junto as usinas, em futuro próximo.

Uma outra hipótese que foi aventada na Camponesa, mas que ainda encontra-se em estudos, seria o aproveitamento do açúcar mascavo, produzido pelos produtores de outros Projetos de Assentamento da Reforma Agrária do Estado de São Paulo, em substituição ao açúcar cristal, adquirido nas usinas processadoras. Ao que se sabe, o açúcar mascavo, é obtido por um processo de produção que consegue naturalmente, no mercado

consumidor, preços diferenciados, e o seu aproveitamento na Agroindústria Artesanal de doces ficaria condicionado aos índices de participação nos custos de produção, pelo menos igual ou menor que o produto oriundo de outras fontes de fornecimento.

O acompanhamento sistemático dos custos de produção e a busca constante de alternativas para a redução dos mesmos, notadamente, nos itens embalagens, açúcar e leite, levaram à elaboração de dois projetos com o objetivo de se conseguir recursos financeiros, à fundo perdido, para dar uma maior dinâmica operacional na Agroindústria Camponesa.

Assim, em maio de 2001, foi encaminhado projeto ao Banco Mundial, sob o Título: “Programa Integrado de Fortalecimento de Unidades Agro-industriais de Produtores Assentados”, cuja proposta básica aborda a integração em rede da Empresa Camponesa com outras pequenas agroindústrias artesanais dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária da região englobando os municípios de Birigui, Promissão e Andradina, no Estado de São Paulo.

Outro projeto sob o título de “Sistematização de Metodologias de Capacitação para Gestão de Agroindústrias de Produtores Assentados” foi encaminhado em setembro de 2001 para o Fundo MINKA de Chorvali - Chile, que foi criado para estimular o processo de sistematização, intercâmbio, análise e documentação das iniciativas de inovação no manejo dos recursos naturais, no desenvolvimento rural sustentável e na luta contra a pobreza.

A proposta básica dos dois projetos, como já foi mencionado, foi a organização em rede de três diferentes experiências de pequenas agroindústrias. A partir desta integração, o objetivo maior é o de apoiar o desenvolvimento de uma rede de articulação que assegure relações sistemáticas, para identificação de novos mercados, ações de propaganda e marketing dos produtos, exploração de nichos de mercado justo; implantação de estruturas produtivas suficientes para dar respostas às demandas identificadas; viabilização de compras conjuntas de insumos e de matéria prima; constituição de estoques e otimização dos recursos financeiros necessários à essas aquisições. O segundo estágio do projeto seria a integração de outras unidades agro-industriais de pequeno porte, em outras regiões do Estado, através de metodologia implementada.

Quando da elaboração dos projetos, ressaltou-se que nas organizações das pequenas agroindústrias é desejo das famílias envolvidas, integrar suas experiências formalmente, ou seja, compartilhar problemas relativos a pouca autonomia com relação a matéria prima necessária para processamento; falta de capital de giro; necessidade de aquisição de outros equipamentos que possam otimizar o uso das estruturas existentes; falta de estruturas adequadas para gerenciamento das atividades; entraves no transporte, tanto

para a aquisição de materiais necessários ao funcionamento das unidades, quanto para colocação de seus produtos no mercado. Desta forma, entende-se que para a superação desses problemas, a realização da proposta de integração em rede, viabilizaria, sem dúvida, o crescimento da Agroindústria Artesanal de Pequenos Produtores Rurais.

Em resumo, as propostas que foram efetuadas nos projetos foram:

- 1- autonomia na produção de leite (matrizes, manejo, formação de pastagem, instalações e equipamentos);
- 2- autonomia na produção de frutas (plantio);
- 3- formação de capital de giro (estoque mínimo de embalagens plásticas e de papelão, açúcar e produtos higiênicos);
- 4- Melhoria da produção (reformas, ampliações e equipamentos);
- 5- Melhoria da estrutura de administração e gerenciamento (montagem de escritório);
- 6- Melhoria de estrutura de comercialização (transporte);
- 7- Formação e capacitação contínua para construir mecanismos de controles e autonomia administrativa, operacional e comercial;
- 8- Estabelecimento de metodologia e procedimentos para multiplicação de processamento artesanal em outras agroindústrias.

No início deste item foram mostradas as principais despesas para se produzir o doce de leite; a participação de cada item na composição final, e alternativas possíveis de viabilizar a redução dos mesmos.

A análise dos custos fixos, em separado, é proposital porque estes são responsáveis por absorver 15% do lucro bruto, ou ainda, retiram praticamente todo o oxigênio da agroindústria artesanal para sua sobrevivência na atividade. Estes custos são improdutivos e penalizam a atividade de produção.

Na agroindústria Camponesa estes custos estão representados no quadro que se segue:

Quadro 2 – Custos fixos da Agroindústria Artesanal Rural

Itens	Valor mensal (R\$)	%
Escritório Contábil	65,00	38,00
C.R.M.V.	28,00	16,40
Taxa de Código de Barras	18,00	10,50
Alvará da Prefeitura	10,00	5,80
Impostos	50,00	29,30
TOTAL	R\$ 171,00	100,00

Fonte: Camponesa

Os dados, do quadro à seguir, mostram a composição de outras despesas gerais que compõem o custo da atividade produtiva do doce de leite da Camponesa

Quadro 3 – Outros custos variáveis mensais, decorrentes da produção do doce de leite

Itens	Valor mensal (R\$)	%
Energia elétrica	50,00	25,60
Produtos de limpeza	15,00	7,70
Material de escritório	10,00	5,10
Manutenção de equipamentos	20,00	10,30
Fretes	100,00	51,30
TOTAL	R\$ 195,00	100,00

Fonte: Camponesa

A remuneração, das sócias e proprietárias da Camponesa, fica condicionada ao faturamento bruto da empresa podendo chegar a até R\$150,00/mês.

A análise dos dados dos quadros 1, 2 e 3, em conjunto, vai permitir visualizar o conjunto de custos da empresa, os preços praticados com a venda do produto e o resultado final da atividade produtiva da Agroindústria Rural.

Quadro 4 – Receitas e Despesas da Camponesa e resultado final da atividade (março-2002), para uma produção mensal de 2.700 unidades mensais a um preço médio de R\$1,40/unidade.

Situações de Receitas e Despesas	Receita	Despesas			Total de Despesas	Despesas / Unidade	Receitas – Despesas
		Despesas Diretas (Quadro 1)	Despesas Gerais Fixas (Quadro 2)	Despesas Diretas (Quadro 3)			
Situação 1	3.780,00	2.772,80	171,00	195,00	3.138,80	1,16	641,20
Situação 2	3.780,00	2.772,80	-	195,00	2.967,80	1,09	812,20

Considerando-se somente os custos de produção no valor de R\$2.967,80 ao mês e o preço médio de venda do produto a R\$1,40 a unidade de 480 gramas, a receita bruta auferida no período seria de R\$3.780,00, ou ainda, proporcionaria à empresa um lucro bruto de R\$812,20. Deduzindo-se dos valores dos custos, referente ao quadro 2, no valor de R\$171,00, o lucro bruto da empresa seria de R\$641,20.

Na hipótese de colocação de toda a produção no mercado e eliminando-se os custos improdutivos, o lucro bruto auferido no mês poderia redundar em uma remuneração dentro das expectativas das sócias proprietárias da agroindústria em valores acima de R\$100,00 e ainda permitiria uma pequena sobra de capital para giro, o que se poderia considerar uma situação financeira razoável para a Camponesa.

2 - Qualidade do produto

Desde o início da existência da agroindústria, o padrão de qualidade do doce, sempre foi motivo de acompanhamento e avaliação entre as sócias proprietárias da Camponesa, e por esta razão, testes comparativos do produto, com as demais marcas existentes no mercado da região tornaram-se rotineiros na agroindústria, atendendo-se notadamente, aos aspectos de coloração, densidade, sabor, vida útil de prateleira e qualidade das principais matérias primas utilizadas no processo de fabricação.

As análises mais antigas do produto, indicaram que as qualidades organolépticas do doce, durante a vida útil de prateleira, mesmo depois de vencido o prazo de validade para consumo, permaneceram inalteradas em relação ao produto recém processado. O laudo de avaliação comprovando a qualidade do doce encontra-se nos arquivos da Camponesa.

No início de 2001, o Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, recolheu de um dos supermercados, no Município de Birigui, amostras para análises e testes, e nada foi constatado que pudesse depor contra a imagem e a qualidade do produto e da empresa.

Em julho de 2001 a Prefeitura do município de Birigui, através da cozinha piloto da Central Municipal de Alimentação Escolar - CMAE, efetuou análises do doce de leite, e comprovando o elevado padrão de qualidade do produto, passou a comprar e fornecer à merenda escolar.

Novos testes e avaliações do produto foram feitos pela Prefeitura Municipal de Lins, Estado de São Paulo, e existe a possibilidade real de colocação do doce na merenda escolar deste município, restando apenas negociações finais.

Em setembro do ano passado, foram efetuadas comparações, através de degustação com o doce da Camponesa e o produto processado pelo “Laticínio Fundação Arthur Bernardes”, da Universidade Federal de Viçosa - MG, que através de concurso promovido pelo Centro Tecnológico do Instituto Cândido Tostes, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, conseguiu o primeiro lugar na categoria de Doce de Leite, no XXVIII Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado em Juiz de Fora – MG, no dia 19 de julho de 2001. Participaram da degustação, as cinco sócias proprietárias da Camponesa, produtores de leite do Projeto de Assentamento de São José 1, técnicos e veterinários da Fundação Itesp, e mais uma vez foram reafirmadas as propriedades qualitativas do Doce Camponesa.

O Departamento de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Abastecimento - SEMAB, da Prefeitura do Município de São Paulo, expediu laudo técnico através das análises do doce de leite, em dezembro de 2001, referendando que o doce é processado

segundo a legislação vigente, comprovando o elevado padrão de qualidade para o consumo humano. (parecer técnico da SEMAB, em anexo).

Os resultados das análises com o doce da Camponesa, comprovam que a qualidade do produto merece destaque, uma vez que na maioria dos testes comparativos superaram ou se igualaram às demais marcas existentes no mercado e, por extensão, corroboram com a atividade da agroindústria artesanal rural, que tem sido motivos de polêmicas e discussões, nas esferas governamentais, para o seu reconhecimento e legitimidade.

3 – MERCADO

A comercialização do doce de leite da Camponesa, tem sido efetuado atualmente nos mercados tradicionais do município de Birigui e na Grande São Paulo.

Apesar do município de Birigui contar com uma população acima de 94 mil habitantes, o consumo do doce de leite da Camponesa, auferido através das vendas na região, pode ser considerado pequeno. As razões que permitem explicar esta performance nas vendas provavelmente seriam as diversas marcas do doce encontradas no mercado e a existência de vínculos tradicionais entre compradores e vendedores, que dificultam a introdução de novas marcas no mercado.

A possibilidade de introdução do doce de leite no mercado local existe, porém os supermercados fazem uma série de exigências como as que seguem: aprovação prévia do cadastro da agroindústria fornecedora do produto, bonificação em quantidades do produto a serem estabelecidas no primeiro fornecimento; prazos dilatados para pagamentos e descontos em duplicatas.

No município de Birigui destacam-se como compradores habituais e parceiros da Camponesa os Supermercados “Amália” e “Nipo”, que em conjunto chegam a absorver cerca de 20 caixas do doce de leite por mês. Existem, também na região outros parceiros da agroindústria rural como: padarias, açougues, lojas de preços únicos, sorveterias e etc., cuja demanda mensal não chega a atingir 10 caixas do produto. Este volume de vendas na região é considerado pequeno, face aos custos da agroindústria e, portanto, a necessidade de se explorar outros mercados potenciais e solidários.

A merenda escolar de Birigui é potencial compradora do doce da Camponesa, porém não houve seqüência nas aquisições do produto, apesar da constatação da boa aceitação do produto pelas crianças em idade escolar, conforme parecer da nutricionista da CMAE - Centro Municipal de Alimentação Escolar. Segundo dados de pesquisa junto ao IBGE, o município conta com 18 mil alunos na rede de ensino escolar.

É digno de se destacar também, que o município de Birigui é conhecido como a Cidade do Calçado Infantil de marcas renomadas, pelo seu enorme contingente de unidades fabris voltadas predominantemente para esta atividade. Segundo dados de pesquisa direta junto ao Sindicato dos Empregados nas Fábricas de Calçados, existem no município acima de 10 mil funcionários ligados ao setor de calçados e que recebem regularmente cestas básicas de alimentação. Este seria também um setor de grande potencial que poderia estar consumindo o doce da Camponesa, porém, após insistentes conversações neste sentido, não se conseguiu levar adiante as negociações comerciais.

Próximo a Birigui, está localizado o município de Araçatuba, que conta atualmente com uma população acima de 170 mil habitantes, de grande potencial para negociações com o doce de leite da Camponesa. Os entraves para a aquisição do produto pelos supermercados do município foram os mesmos apresentados em Birigui. A expansão de vendas do doce na região, está atrelada à disponibilidade das sócias proprietárias, em visitas de forma periódica aos mercados da região, o que não foi possível de se concretizar, dado o resultado da análise dos custos / benefícios.

Como o mercado de Birigui e região, ainda não está dando respostas positivas ao consumo do doce, busca-se inicialmente novos mercados que possam absorver o excedente do produto, em São Paulo, sendo a Loja da Reforma Agrária, vinculada ao MST, uma das primeiras parceiras da Camponesa.

Os resultados iniciais das vendas do doce na Loja da Reforma Agrária se tornaram animadores, chegando a atingir a Associação dos Funcionários do Instituto do Coração de São Paulo - INCOR – HC e outras instituições de renome.

As perspectivas promissoras de comercialização do doce de leite, na região da Grande São Paulo, fizeram com que a Camponesa, buscasse novas parcerias no ABC Paulista, que atualmente são os “Sacolões Saúde”, localizados na Vila Luzita e na CRAISA - Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André, no Bairro Santa Terezinha, ambos no município de Santo André - SP; e o supermercado denominado “GTC- Comércio de Produtos para Abastecimento Popular LTDA”, localizado no Bairro Parque São Bernardo, em São Bernardo do Campo – SP.

A aceitação do doce, nestes equipamentos, parceiros da Camponesa pode ser considerado como satisfatória, uma vez que o giro do produto nas prateleiras foi maior que seus concorrentes e estas performance demonstrou a potencialidade de mercado do produto em outros equipamentos do gênero.

V – RECOMENDAÇÕES

Para viabilizar a “Indústria e Comércio de Doces Camponesa Ltda.-ME”, é necessário reduzir custos de aquisição de matérias primas, tais como leite e açúcar, e de embalagens, itens que se destacam na participação dos custos variáveis. Para se conseguir atingir este objetivo necessário se faz formar um capital de giro capaz de possibilitar a formação de estoques, decorrentes da aquisição em maiores quantidades.

Outro fator fundamental para viabilizar esta unidade produtiva é buscar alternativas entre os órgãos fiscalizadores sanitários e arrecadadores de tributos capazes de reduzir as exigências para sua legalização, tirando estas unidades da situação clandestinizada em que se encontram e reduzindo seus encargos, permitindo que atuem na legalidade, cumprindo seus compromissos e contribuindo para o desenvolvimento, sobretudo das economias regionais, o que hoje se torna inviável diante da enorme carga tributária, que atualmente beira a 20% do lucro bruto, e das altas exigências estruturais para seu registro sanitário.

No geral, cabe reforçar que a agroindústria familiar artesanal rural não pode sofrer os mesmos tratamentos segundo as normas e procedimentos que são submetidas as demais indústrias do gênero de alimentos. Os órgãos de Vigilância Sanitária penalizam a Agroindústria Familiar Rural e impedem a sua efetiva legalização e crescimento, e por outro lado também, a legislação tributária impõe sua parcela de contribuição negativa para comercialização dos produtos processados de forma artesanal no Estado de São Paulo.

Uma das hipóteses para a Agroindústria Familiar deixar de estar clandestinizada seria a aplicabilidade da Lei Estadual N.º 10.507, de 1º de março de 2000, que estabelece normas para a elaboração, sob a forma artesanal, de produtos comestíveis de origem animal e sua comercialização no Estado de São Paulo, e que ainda continua sendo motivo de discussões e polêmicas face sua exeqüibilidade.

Entende-se também que outra hipótese viável seria a implantação, nos municípios, do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, que em princípio permitiria a comercialização desses produtos, legitimando assim a Agroindústria Rural no Município.

Como proposta também, o contínuo trabalho de buscar de forma irreversível a aplicabilidade da Lei 10.507, eliminando-se por completo as questões que inviabilizam a Agroindústria Artesanal Rural, através das reivindicações das sociedades civis organizadas, organismos e entidades sensíveis as questões da Reforma Agrária, sindicatos, etc., junto aos órgãos competentes dos poderes públicos e afins. Reforçando esta proposta de

trabalho, desde o início da publicação da referida lei, inúmeras reuniões, seminários, etc., foram e continuam sendo realizados como forma de legitimar a Agroindústria Rural.

Ressalta-se por finalizar, a importância dos estudos de mercados tanto a nível local como regional para identificar “a priori”, o potencial de venda dos produtos possíveis de serem processados artesanalmente. A elaboração de um projeto sucinto sobre possíveis investimentos e análises dos custos e benefícios são importantes para garantia da sobrevivência da Agroindústria Familiar Rural Artesanal.

Tais afirmativas parecem de extrema importância, tendo em vista que unidades como a da Camponesa são fundamentais para viabilizar a agricultura familiar, gerando empregos, agregando valor a produção e garantindo melhor qualidade de vida para estas famílias, assegurando-lhes a conquista do exercício da cidadania.